



# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1 Trata-se da necessidade de eventual e futura aquisição de lâmpadas e luminárias internas, ambas em tecnologia LED, para atender de forma ágil, adequada e funcional as necessidades da Administração Municipal.
- A aquisição de lâmpadas e luminárias internas é uma medida indispensável para viabilizar a manutenção e a segurança dos serviços prédios públicos. Além disso, a utilização de tecnologia LED contribui para a redução do consumo de energia elétrica, gerando economia e promovendo práticas sustentáveis no uso dos recursos públicos.

# PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- A contratação de que trata o presente Estudo Técnico Preliminar ETP está prevista no 2.1. Documento de Formalização de Demanda - DFD encaminhado ao Departamento de Licitações e está compatibilizada com o Plano de Contratações Anual - PCA para o ano de 2024, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- Cabe salientar que a referida contratação está alinhada ao Plano Plurianual PPA 2022/2025, dentro do Programa de Manutenção e Conservação de Prédios Públicos – 2303, assegurando a eficiência e controle da Gestão Municipal, na Ação 390.
- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 3.
- REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL: Não se aplica. 3.1.
- VISITA/VISTORIA TÉCNICA: Não se aplica. 3.2.
- CERTIFICADOS DE QUALIDADE: Todos os itens precisam ser certificados pelo 3.3. INMETRO (Instituo Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Garantindo que os itens atendem las normas de qualidade e segurança pela legislação vigente.
- REGISTROS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES: Não se aplica. 3.4.
- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Não se aplica. 3.5.
- **DECLARAÇÃO ESPECÍFICA:** Não se aplica. 3.6.

#### 3.7. SUSTENTABILIDADE:

- Aplicam-se ao presente documento as disposições estabelecidas na Resolução nº. 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, além de outras normas ambientais aplicáveis à espécie, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.
- A empresa deverá possuir a licenças condizentes com a sua atividade produtiva (para 3.7.2 fabricantes) e estar em dia com as respectivas licenças.
- Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua 3.7.3 fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.







- 3.7.4 Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos deverão ter destinação ambiental adequada.
- 3.7.5 É desejável que produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e/ou biodegradável.
- 3.7.6 Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 3.8. REQUISITOS TECNOLÓGICOS DE TIC: Não se aplica.
- 3.9. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA PROPOSTA DE PREÇO: Não se aplica.

### 4. LEVANTAMENTO DA DEMANDA

4.1 Considerando as possíveis demandas e levando em consideração as aquisições anteriores segue tabela com o quantitativo necessário estimado.

| Item | Cód.  | Descrição   | Und. | Quant. |
|------|-------|---|------|--------|
| 1    | 41123 | Lâmpada LED bulbo, SMD, potência aproximada de 12W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 85lm/W, bivolt, E27, IP20, IRC mínimo 80, vida útil mínima 25.000h. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO. | Und. | 1.000  |
| 2    | 41124 | Lâmpada LED bulbo, SMD, potência aproximada de 15W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 85lm/W, bivolt, E27, IP20, IRC mínimo 80, vida útil mínima 25.000h. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO. | Und. | 1.000  |
| 3    | 41125 | Lâmpada LED bulbo, SMD, potência aproximada de 20W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 85lm/W, bivolt, E27, IP20, IRC MÍNIMO 80, vida útil mínima 25.000h. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO. | Und. | 1.000  |
| 4    | 41126 | Lâmpada LED bulbo, SMD, potência aproximada de 40W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 85lm/W, bivolt, E27, IP20, IRC MÍNIMO 80, vida útil mínima 25.000h. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO. | Und. | 1.000  |
| 5    | 41127 | Lâmpada LED bulbo, SMD, potência aproximada de 50W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 85lm/W, bivolt, E27, IP20, IRC mínimo 80, vida útil mínima 25.000h. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO. | Und. | 1.000  |
| 6    | 41128 | Luminária LED slim, sobrepor, potência aproximada de 20W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 80lm/W, bivolt, E27, IP20, IRC mínimo 70. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO.                     | Und. | 1.000  |
| 7    | 41129 | Luminária LED slim, sobrepor, potência aproximada de 40W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 80lm/W, bivolt, IP20, IRC mínimo 70. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO.                          | Und. | 1.000  |
| 8    | 41130 | Luminária LED slim, sobrepor, potência aproximada de 72W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 80lm/W, bivolt, IP20, IRC mínimo 70. Com garantia contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO.                          |      | 1.000  |

0000/prefeituraimbe

@imse.rs.gowbr





Lâmpada tubular LED, T8, potência aproximada de 20W, TCC (5000~6500K), eficiência mínima de 90lm/W, bivolt, IRC mínimo 80, comprimento linear mínimo 120cm. Com garantia Und. contra defeitos de fabricação e certificação INMETRO.

4.2. AMOSTRA: Não se aplica.

#### LEVANTAMENTO DE MERCADO 5.

Entre as soluções disponíveis para a aquisição dos itens, foram encontradas as seguintes 5.1. opções:

#### 5.1.1. Aquisição por meio de Ata de Registro de Preços:

- Mediante a implementação do sistema de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de 5.1.1.1. Imbé vislumbra potencial redução nos custos de aquisição, eliminando a necessidade de dispor de amplas áreas destinadas ao armazenamento antecipado dos bens. Isso decorre do fato de que o licitante adjudicatário, ao formalizar a assinatura da Ata de Registro de Preços, assume o compromisso de fornecer os materiais conforme o valor previamente estipulado, e unicamente no momento da requisição por parte da administração.
- A adoção do sistema de Registro de Preços tem como objetivo suprir demandas eventuais 5.1.1.2. e futuras, permitindo a utilização de dotações e recursos financeiros exclusivamente para o atendimento imediato das necessidades. Nesse contexto, a Administração Municipal exerce discricionariedade para agir conforme suas prioridades, possibilitando a flexibilização das despesas e a adequada alocação dos recursos disponíveis, de forma condizente com suas exigências orçamentárias.

#### 5.1.3. Aquisição por meio de Dispensa de Licitação:

Em virtude de tentativas anteriores fracassadas, torna-se possível cogitar a justificativa para a aquisição via Dispensa de Licitação. No entanto, essa modalidade refere-se a uma compra pontual, ) que pode se mostrar insuficiente para suprir demandas imprevistas, além da obrigatoriedade de reserva de dotação orçamentária. Tal cenário dificulta a precisa estimativa da quantidade de materiais necessária para cobrir o período mínimo de 12 meses, tornando inviável o dimensionamento adequado das necessidades futuras.

### Análise e escolha entre as alternativas de aquisição: 5.2.

- Dentre as alternativas avaliadas, conclui-se que o formato mais adequado é a aquisição por meio da Ata de Registro de Preços. Esse modelo permite o atendimento das necessidades previamente identificadas e planejadas, bem como de demandas imprevistas surgidas durante o período de vigência da Ata, sem que haja a obrigatoriedade de reserva antecipada de dotação orçamentária.
- Os itens em questão são regularmente adquiridos por diversos órgãos e entidades públicas, de todas as esferas, incluindo a própria Prefeitura Municipal de Imbé. Dessa forma, não se trata de uma demanda exclusiva ou atípica no mercado. Em tempo, foi constatado que a modalidade mais comumente adotada para essas aquisições é por meio da Ata de Registro de Preços, dada sua adequação e recorrência no setor público.

Gimbers.gov.br 6000/preH





5.2.3. Há uma vasta gama de empresas qualificadas para o fornecimento dos bens a serem adquiridos, em conformidade com os requisitos delineados neste documento.

### 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1 A estimativa preliminar do valor da contratação, que demonstra sua viabilidade econômica, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, encontra-se no Anexo Classificado.
- 6.2. A estimativa definitiva do valor da contratação, que servirá como base à análise da aceitabilidade das propostas na fase externa do processo do certame, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, será realizada por servidores do Setor de Compras, da Secretaria Municipal de Administração, conforme Decreto Municipal 4.158 de 2023 e deverá constar como anexo do Termo de Referência, sendo o valor de que trata o item 6.1 válido apenas para avaliação da viabilidade ou não da contratação.

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO 7.

#### 7.1. **OBJETO:**

7.1.1. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de lâmpadas e luminárias internas, ambas em tecnologia LED, para atender de forma ágil, adequada e funcional as necessidades da Administração Municipal.

#### 7.2. PRAZO DE VIGÊNCIA:

O Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

### JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO 8.

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) demonstra ser tecnicamente viável 8.1. e economicamente vantajoso em sua forma de parcelamento.

#### ROTINA/ETAPAS (MODELO) DE EXECUÇÃO DO OBJETO: 9.

#### 9.1. PRAZOS E FORMA DE COMUNICAÇÃO:

- 9.1.1. A autorização para fornecimento dos itens se dará por meio de Nota de Empenho, que será enviada ao fornecedor.
- 9.1.1.1. A Nota de Empenho será encaminhada para o e-mail da licitante vencedora, informado por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preço.
- A comunicação entre a Prefeitura Municipal de Imbé e a licitante vencedora ocorrerá por meio do e-mail institucional financeiroobras@imbe.gov.br e/ou de contato telefônico, por intermédio de um dos Gestores de Contrato ou por um dos Fiscais de Contrato.
- A licitante vencedora deverá entregar os itens adquiridos no prazo de até 30 (trinta) dias 9.1.3. corridos, a contar da entrega/envio da Nota de Empenho.

Gimbers.gov.br 6000/prefe





9.1.4 No caso do surgimento de imprevisto(s) que impossibilitem atender o prazo de entrega o CONTRATADO deverá comunicar imediatamente (com antecedência, até **5 dias** após o envio da Nota de Empenho). A equipe de gestão e fiscalização do contrato e a CONTRATANTE irão avaliar a possibilidade de deferimento da solicitação.

### 9.2. LOCAL/HORÁRIO:

9.2.1. As entregas deverão ser combinadas antecipadamente com a Equipe de Gestores e Fiscais e com o Almoxarifado Central, pelo telefone (51) 3627 8200, ramal 284 ou via e-mail almoxarifadocentral@imbe.rs.gov.br.

# 9.3. ACONDICIONAMENTO/IDENTIFICAÇÃO:

- 9.3.1. Os itens deverão estar acondicionados de forma que contenha a marca, selo do INMETRO, a especificação do produto, a unidade de fornecimento e a quantidade/peso.
- 9.3.2. A CONTRATANTE não permitirá a entrega de itens com avarias e/ou com características divergentes ao processo licitatório e documentos complementares.
- 9.3.3. Fica vedado, em qualquer circunstância, o fornecimento de itens recondicionados e/ou reciclados, provenientes de reutilização de material já empregado.
- **9.4. REGIME DE EXECUÇÃO:** Não se aplica.
- 9.5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: Não se aplica.
- 9.6. SUBCONTRATAÇÃO E/OU TERCEIRIZAÇÃO: Não se aplica.
- **9.7. ACOMPANHAMENTO:** Não se aplica.
- **9.8. PROVA:** Não se aplica.
- 9.9. TROCA DE PEÇAS: Não se aplica.
- 9.10. SAC/SUPORTE TÉCNICO: Não se aplica.
- **9.11.** LIMPEZA: Não se aplica.

ago prefermaimo

Qimae.rs.gov.ar





- 9.12. GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: Os produtos ofertados devem ter 90 días de garantia contra defeitos de fabricação.
- 9.13. GARANTIA DE PROPOSTA: Não se aplica.
- **9.14.** GARANTIA CONTRATUAL: Não se aplica.

### 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

10.1. Espera-se com o Registro de Preços atender de forma eficiente, segura e contínua as necessidades desempenhadas na manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura elétrica e das instalações públicas.

# 11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO):

11.1. Em atendimento ao *caput* e § 2º do Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020, segue a indicação do Gestor de Contrato (Titular e Suplente) e dos Fiscais de Contrato, para providências de emissão de Portaria de designação, para atuação junto a contratação.

| Nome                        | Matrícula<br>14626   |  |
|-----------------------------|--|--|
| Luiz Henrique Alves Pereira |  |  |
| José Augusto Henkin         | 9265   |  |
| Lucas Martins Wolker        | 16260  |  |
| Sinara da Silva Amaral      | 16482  |  |
| Carlos Henrique Antoni      | 17806  |  |
| Gian Martini Beloto         | 13829  |  |
| Marcos Antonio Einecke      | 4062   |  |
| Fernanda Rodrigues Mota     | 50000  |  |
| Juliana da Silva Pereira    | 17010  |  |
| Giovani Costa André         | 2040   |  |
|                             | Luiz Henrique Alves Pereira  José Augusto Henkin  Lucas Martins Wolker  Sinara da Silva Amaral  Carlos Henrique Antoni  Gian Martini Beloto  Marcos Antonio Einecke  Fernanda Rodrigues Mota  Juliana da Silva Pereira |  |

b) O objeto adquirido será recebido de forma provisória e definitiva, conforme prevê o Art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e o Art. 12 do Decreto Municipal nº 3.810, de 11/12/2020, observando o disposto a seguir.

6000/preféruraimos

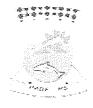
- (Nimse.rs.gov.br





- 11.2. RECEBIMENTO PROVISÓRIO, por um dos Fiscais de Contrato designado por meio de Portaria especificamente para fiscalização gerada a partir deste ETP, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com as especificações exigidas, devendo no recebimento provisório o Fiscal de Contrato, entre outros:
- 11.2.1. CONFERIR OS DADOS BÁSICOS DA NOTA FISCAL/FATURA: Conferir e somente autorizar a descarga dos produtos se os dados da Prefeitura estiverem corretos (Nome, CNPJ, endereço), se o número e ano da Nota de Empenho constar corretamente na Nota Fiscal/Fatura, e se o (s) produto (s) for (em) da marca estabelecida na Nota de Empenho, sendo proibida a descarga de produtos sem a apresentação/entrega da respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- Caso a marca seja diferente da estabelecida na Nota de Empenho, verificar junto ao Gestor do Contrato se foi feito apostilamento para a troca de marca.
- CONFERIR QUANTITATIVAMENTE: No caso de produtos, conferir se a descrição e a quantidade de volumes entregues estão de acordo com a Nota Fiscal/Fatura, se as embalagens estão em bom estado (sem sinais de quebra, umidade, amassado, entre outros danos) e devidamente acondicionadas.
  - 11.2.3. REGISTRAR EVENTUAL OCORRÊNCIA: Constada alguma avaria ou problema o Fiscal de Contrato responsável pelo recebimento provisório deve escrever ou carimbar no canhoto da Nota Fiscal/Fatura e no recibo do frete, por exemplo "Embalagem danificada. Sujeito à conferência pelo solicitante e possível indenização". Caso o dano seja no produto, o Fiscal de Contrato responsável pelo recebimento provisório deverá recusar o recebimento.
  - 11.2.4. RELATÓRIO EXECUÇÃO DO SERVIÇO: Não se aplica.
  - 11.3. RECEBIMENTO DEFINITIVO, em até 3 (três) dias uteis a contar do ateste provisório por um segundo Fiscal de Contrato, designado por meio de Portaria especificamente para fiscalização, devendo no recebimento definitivo o Fiscal de Contrato, entre outros:
- 11.3.1. CONFERIR OS DADOS DA NOTA FISCAL/FATURA: Conferir no Portal da Nota Fiscal Eletrônica - www.nfe.fazenda.gov.br ou diretamente no site do órgão emissor a autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, guando for o caso, e se:
  - 1. A descrição do serviço, valor unitário e valor total estão de acordo com o disposto no Termo de Referência, Edital da licitação, proposta de preço da empresa vencedora e Nota de Empenho;
  - 2. Os dados da Prefeitura Municipal de Imbé e da Nota de Empenho estão corretamente informados na Nota Fiscal/Fatura:
  - 3. A Nota Fiscal/Fatura apresenta rasura, e caso positivo solicitar a substituição da mesma;
  - 4. A data de emissão da Nota Fiscal/Fatura é posterior a data de emissão da Nota de Empenho e da autorização do serviço quando for o caso.
  - CONFERÊNCIA QUALITATIVA: Conferir se o produto entregue está de acordo com o 11.3.2. pactuado:
    - A marca;

@impeirs.gov.br | 6000/prefeit





- A qualidade do produto:
- A quantidade sendo esta em unidade, metragem e/ou rolo;
- Se o produto entregue está de acordo com o modelo disponibilizado;
- Se o produto tem o registro do Inmetro;
- 11.3.3. ANALISAR OS RELATÓRIOS: Analisar os Relatórios emitidos pelo Fiscal de Contrato do recebimento provisório e eventuais documentos, emitindo relatório com as recomendações ao Gestor de Contrato.
- 11.4. O não atendimento de qualquer condição pactuada impedirá o ateste do recebimento definitivo, devendo neste caso ser formalizado a empresa vencedora as inconformidades encontradas e b prazo para as correções necessárias, que deverão ser feitas sem custos adicionais para a Prefeitura Municipal de Imbé.
- 11.5. Na hipótese prevista no item 11.4. o prazo de 3 dias úteis para o ateste definitivo será interrompido e a contagem retomada somente após sanadas as pendências, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.
- 12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO: Não se aplica.
- 13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:
- Não se verifica a necessidade de licitações correlatas nem interdependentes para a viabilidade de aquisição desta demanda.
- 14. **IMPACTOS AMBIENTAIS:**
- 14.1. Os potenciais impactos ambientais resultam do processo de fabricação dos produtos, o qual pode ocasionar poluição e geração de resíduos. Contudo, a responsabilidade pelo processo de fabricação, assim como pela destinação final dos resíduos, recai sobre a fabricante. Esta deverá observar rigorosamente as legislações vigentes relacionadas a essa questão, visando assegurar a preservação ambiental.
- 15. **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:**
- 15.1. O critério de julgamento adotado será o menor preco por item.
- 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- As despesas decorrentes da contratação do objeto de que trata o presente Estudo Técnico Preliminar correrão pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

07 Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV 2303 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS Cód. Red. 390 3.3.90.30.00.00.00.00 1500.0000 - MATERIAL DE CONSUMO

@impacts.gov.br 6900/pre





### 17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

17.1. Conforme se verifica no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostrase tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Imbé, 20 de dezembro de 2024.

Elaborado por:

Sinara da Silva Amara. Assessor de Governança Portaria 1119/2024